



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681311 - SC (2021/0226014-7)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : HERNANE DE CASSIO KOSSA DIAS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HERNANE DE CASSIO KOSSA DIAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 5038044-90.2020.8.24.0023).

O paciente foi condenado às penas de 4 anos de reclusão em regime inicial aberto e de 10 dias-multa pelo cometimento do delito tipificado no art. 157, *caput*, do Código Penal.

A impetrante sustenta que "não tendo cessado em momento algum a perseguição do Paciente enquanto esteve em contato físico com a res furtiva, verifica-se que este, durante a disputa pelo bem, era apenas detentor da res, e não possuidor, como elucida o art. 1.208 do Código Civil<sup>6</sup>. Pelas razões expostas, tendo o Paciente alcançado apenas a mera detenção da res furtiva (nunca a posse), não há falar em posse e muito menos em sua inversão, de maneira que, assim sendo, a conduta do Paciente deve ser desclassificada para a de roubo tentado, com aplicação da fração de diminuição de 1/3 a 2/3 (CP, art. 14, parágrafo único)" (fl. 9).

Requer, liminarmente e no mérito, o restabelecimento da "sentença que desclassificou a conduta imputada ao Paciente para a de roubo tentado, com aplicação da fração de diminuição de 1/3 a 2/3 (CP, art. 14, parágrafo único)" (fl. 10).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente